

## ÍNDICE SINTÉTICO

PREFÁCIO	
<i>Professor Guilherme d'Oliveira Martins</i>	9
INTRODUÇÃO	13

### PARTE 1

1. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS EM PORTUGAL	
<i>Manuel Castelo Branco</i>	19
2. RISCO DE FRAUDE NAS EMPRESAS	
<i>Manuel Carlos Nogueira</i>	37
3. A BURLA DE ALVES REIS	
<i>Joana Oliveira Soares, Maria Manuel Coutinho &amp; Carlos Pimenta</i>	59
4. BANCOS E MERCADOS FINANCEIROS	
<i>Filipe António Osório de Almeida Pontes</i>	101
5. FRAUDE FISCAL	
<i>Bruno Sousa &amp; Fernando Oliveira</i>	125
6. ECONOMIA NÃO REGISTADA E RESPECTIVO PESO EM PORTUGAL	
<i>Óscar Afonso</i>	155

7. ABC DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, OU A VÃ TENTATIVA DE EXPLICAR UM FENÓMENO COMPLEXO <i>José Ferreira &amp; Elisabete Lopes</i>	195
8. PARAÍÇOS FISCALIS (OFFSHORES) <i>Egídio Cardoso</i>	223
9. CORRUPÇÃO – A FRAUDE NA GOVERNAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA <i>António João Maia</i>	247
10. CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA ORGANIZADA, RETRATO (IM)POSSÍVEL <i>José Ferreira</i>	301
11. A FRAUDE E OS SISTEMAS INFORMÁTICOS <i>Elisabete Maciel, Edgar Pimenta &amp; Paulo B. Vasconcelos</i>	325
12. A FRAUDE RELATIVA ÀS APOSTAS DESPORTIVAS ONLINE <i>Henrique Rodrigues</i>	345
13. A CRIMINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS – A FRAUDE AOS CONSUMIDORES – REFLEXÃO SOBRE O CRIME DE “FRAUDE SOBRE MERCADORIAS” <i>Rute Serra</i>	375

## PARTE 2

1. PSICOLOGIA DO DEFRAUDADOR <i>Jorge Negreiros</i>	401
2. CONFLITO DE INTERESSES E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO <i>Augusto Santos Silva &amp; João Figueiredo</i>	441
3. ANOMIA E FRAUDE EM PORTUGAL: DESAFIOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO-SANCIONATÓRIO <i>André Lamas Leite &amp; José N. Cruz</i>	479

4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO	
<i>Gabrielle Poeschl, Kelly Nogueira-Rodrigues &amp; Raquel Ribeiro</i>	503
5. A CULTURA COMO ELEMENTO DE EXPLICAÇÃO	
<i>Carlos Pimenta</i>	529
6. CAPITAL SOCIAL E CORRUPÇÃO: CAUSA OU CONSEQUÊNCIA	
<i>Jorge Fonseca de Almeida</i>	557
7. GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS DE FRAUDE	
<i>Carlos Pimenta</i>	589

## INDICE

### PREFÁCIO

NINGUÉM É INVULNERÁVEL 9

INTRODUÇÃO 13

## I – FACTOS

### CAPÍTULO 1

#### ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS EM PORTUGAL

MANUEL CASTELO BRANCO 19

Observações introdutórias 19

A importância da ética e responsabilidade social nas empresas 20

A ERS enquanto prática das empresas 22

Notas para uma história da ERS nas empresas em Portugal 23

Estado de desenvolvimento das práticas de ERS em Portugal 24

Inclusão em índices relevantes 25

Adesão ao Pacto Global da ONU e ao WBCSD 26

Comunicação da ERS 26

Adoção de normas internacionais 27

Ética profissional 27

Perceções sobre ERS 27

Corrupção e comportamento fiscal 28

Algumas notas sobre o ensino da ERS em Portugal 30

Observações finais 32

Bibliografia 33

## **CAPÍTULO 2**

### **RISCO DE FRAUDE NAS EMPRESAS**

<b>MANUEL CARLOS NOGUEIRA</b>	37
Abreviaturas	37
Introdução	37
As perdas sofridas pela fraude ocupacional	39
A definição de fraude ocupacional	41
Formas de fraude ocupacional	43
Corrupção ocupacional	43
A corrupção ocupacional no caso português	45
Apropriação indevida de ativos	47
Apropriação indevida de ativos em Portugal	50
Relatórios de contas fraudulentos	51
Relatórios de contas fraudulentos em Portugal	53
Conclusões	54
Anexo	56
Bibliografia	57

## **CAPÍTULO 3**

### **A BURLA DE ALVES REIS**

<b>JOANA OLIVEIRA SOARES, MARIA MANUEL COUTINHO &amp; CARLOS PIMENTA</b>	59
Introdução	59
Análise do contexto histórico, social e político	61
Relato da fraude e do estudo da regulamentação existente	66
Breve referência dos efeitos e dimensões tomados	75
O jornal “O Século”	75
As Notas Ilegítimas	77
As Prisões e o Julgamento	79
Impactos Económicos e Valor Relativo das Emissões	80
Análise biográfica de Alves Reis	81
Perfil psicológico do defraudador	84
Conclusão	88
Anexo 1 – Imagem de nota falsa	89
Anexo 2 – Extratos de artigos de jornal	90
1. Jornal “O Século” n.º 23/11/1925, pág. 1	90
2. Jornal “O Século” n.º 25/11/1925, pág. 1	91
3. Jornal “O Século” de 4/12/1925, primeira página	92
4. Extratos do artigo de “O Século” de 8/12/1925, artigo da primeira página intitulado “O primeiro episódio passou. E agora, o que se segue?”	93

5. Título do artigo de “O Século” de 27/12/1925, página 1	94
6. Jornal “O Século” de 3/02/1930, contendo já a informação “visado pela comissão de censura”. Anterior ao início do julgamento (Maio/Junho de 1930). Editorial principal	94
Bibliografia	97

## **CAPÍTULO 4**

### **BANCOS E MERCADOS FINANCEIROS**

<b>FILIPE PONTES</b>	101
Lista de Abreviaturas	101
Origem da crise no sector financeiro	101
A primeira crise financeira do século XXI	101
A situação atual	106
Crise da dívida pública da zona euro	106
Necessidade atuais de capital dos Bancos no sector europeu	110
Conclusão da retrospectiva histórica	110
A Ética e os mercados	111
Programa de ajustamento Financeira a Portugal	112
Regulação e supervisão do sector financeiro	112
Definição	112
Objetivos	112
Imposições da <i>Troika</i> para o sector bancário	112
Imposição de rácios de capital de 10%	112
Reduzir crédito sobre depósitos (Rácios de Transformação)	113
Baixou a procura de crédito	113
Baixo o crédito disponível	113
Governo estende as garantias e baixa o custo	113
O Sector Bancário Português	114
Modelo de Supervisão	114
Reforço das competências de intervenção do BdP de Acordo com PAEF	115
Fundo de resolução para intervenção do BdP	115
O Estado do sector bancário Português atual	116
Conclusões: O País	122
Bibliografia	123

## **CAPÍTULO 5**

### **FRAUDE FISCAL**

<b>BRUNO SOUSA &amp; FERNANDO OLIVEIRA</b>	125
Introdução	125

<b>Conceitos fundamentais</b>	127
<b>Enquadramento legal da fraude fiscal</b>	127
<b>Exemplos de Fraude Fiscal</b>	131
Ocultação de factos ou valores declarados ou não declarados	131
Operações simuladas	133
Utilização de sociedades-veículos fora do território nacional	136
Trading nas Vendas	138
Trading nas Compras	140
Prestação de Serviços Internacionais	142
<b>Conclusões</b>	144
<b>Anexo I</b>	146
<b>Anexo II</b>	147
<b>Anexo III</b>	149
<b>Anexo IV</b>	150
<b>Bibliografia</b>	154

## **CAPÍTULO 6**

### **ECONOMIA NÃO REGISTADA E RESPECTIVO PESO EM PORTUGAL**

<b>ÓSCAR AFONSO</b>	155
Introdução e considerações genéricas	155
Economia Não Registada – o porquê da designação	164
Economia Não Registada – clarificação de conceitos	168
Economia Subterrânea – definição, motivações, consequências e combate	169
Economia Illegal – definição, motivações, actividade, consequências e combate	175
Economia Informal e autoconsumo – definições, motivações, consequências e combate	179
Quantificação – o caso português	186
Conclusões e considerações finais	190
Bibliografia	192

## **CAPÍTULO 7**

### **ABC DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, OU A VÃ TENTATIVA DE EXPLICAR UM FENÓMENO COMPLEXO**

<b>JOSÉ FERREIRA &amp; ELISABETE LOPES</b>	195
Introdução	195
Em busca de uma definição consensual e abrangente	196
Como se processa?	200

Colocação	200
Circulação	201
Integração	202
Modus operandi	203
O que são os crimes precedentes?	207
Que implicações sociais e económicas tem?	210
Como se pode fazer prevenção e como se combate?	212
O que nos reserva o futuro?	216
Anexo: Síntese do processo	219
Bibliografia	220

## **CAPÍTULO 8**

### **PARAÍSOS FISCAIS (*OFFSHORES*)**

<b>EGÍDIO CARDOSO</b>	223
Da origem do termo	223
Razões da origem	224
Cenário actual	225
O combate ao fenómeno	226
O Universo Offshore	232
Companhias isentas	236
Tipologias	238
Conclusão	245
Bibliografia	246

## **CAPÍTULO 9**

### **CORRUPÇÃO – A FRAUDE NA GOVERNAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA**

<b>ANTÓNIO JOÃO MAIA</b>	247
Uma questão da actualidade	248
O confronto entre público e privado	260
Governança e gestão indevida do Estado	260
A dimensão do problema	270
Fatores explicativos de contexto	275
O modelo de controlo	275
Melhorar continuamente a governação e a gestão pública	282
Bibliografia	284
Anexos	292
Anexo 1 – Convenções internacionais contra a corrupção a que Portugal aderiu	292



Anexo 2 – Código Penal e alterações	293
Anexo 3 – Crimes previstos em legislação avulsa relativos aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	294
Anexo 4 – Artigos do Código Penal que tipificam e traduzem a formulação-base dos crimes contra o Estado cometidos no exercício de funções públicas	295
Anexo 5 – Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção	299

## **CAPÍTULO 10**

### **CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA ORGANIZADA, RETRATO (IM)POSSÍVEL**

<b>JOSÉ FERREIRA</b>	301
Das configurações do imaginário à dura realidade	301
Realidade contemporânea mas com longo percurso de especialização	303
O problema dos conceitos	307
Criminalidade organizada	308
Criminalidade económico-financeira	310
Criminalidade económico-financeira organizada	313
Para onde caminhas Portugal?	317
Conclusão	320
Bibliografia	322

## **CAPÍTULO 11**

### **A FRAUDE E OS SISTEMAS INFORMÁTICOS**

<b>ELISABETE MACIEL, EDGAR PIMENTA, PAULO B. VASCONCELOS</b>	325
Conceitos	326
Antigas fraudes. Novas fraudes	328
Cibercrime e cibersegurança	332
A realidade portuguesa	339
Breves notas de conclusão	340
Bibliografia	341
Breve léxico	342

## **CAPÍTULO 12**

### **A FRAUDE RELATIVA ÀS APOSTAS DESPORTIVAS *ONLINE***

<b>HENRIQUE RODRIGUES</b>	345
Lista de Abreviaturas e Siglas	345
Apostas desportivas <i>online</i>	346
O conceito de aposta desportiva à cota <i>online</i>	346

O fenómeno social mundial: características	348
A fraude nas competições desportivas: a fonte natural da aposta fraudulenta	352
As características do mercado de apostas desportivas <i>online</i> e a viciação de eventos desportivos	352
Os intervenientes na manipulação das competições e a especial perigosidade das organizações criminosas transnacionais: a resposta da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas	355
As apostas desportivas <i>online</i> e a fraude: a revisão do quadro sancionatório do Estado	359
O monopólio da SCML como forma de combater a fraude	359
Das apostas fraudulentas como risco residual à necessidade de revisão do regime	361
O combate à fraude no RJO: a necessidade de uma nova resposta quanto à manipulação de competições desportivas e de dados informáticos	364
Da (in)suficiência do RJO para combater apostas desportivas fraudulentas	366
Um possível complemento ao RJO	370
Bibliografia	372

## CAPÍTULO 13

### CRIMINALIDADE ECONÓMICA – A FRAUDE

#### AOS CONSUMIDORES – REFLEXÃO SOBRE O CRIME

#### DE “FRAUDE SOBRE MERCADORIAS”

RUTE SERRA	375
Enquadramento	375
Do Direito Penal Económico – génese, evolução e arquitetura legal	376
Da punição das infrações antieconómicas no quadro legislativo português	383
Dos crimes contra a economia – a “fraude sobre mercadorias”	387
Abordagem do fenómeno relativo à fraude alimentar, no contexto nacional e europeu	391
Análise de casos transfronteiriços de fraude alimentar	393
Síntese Conclusiva	395
Bibliografia	396

## II – CONTEXTOS

## CAPÍTULO 1

## PSICOLOGIA DO DEFRAUDADOR

JORGE NEGREIROS

401

Questões teóricas e de definição de conceitos

403

A literatura sobre o triângulo da fraude

406

Pressão/incentivo para cometer a fraude

407

Apreciação crítica do elemento motivação do triângulo da fraude

411

Oportunidade para cometer a fraude

418

Apreciação crítica do elemento oportunidade do triângulo da fraude

421

Racionalização

425

Apreciação crítica do elemento racionalização do triângulo da fraude

430

Conclusões

432

Bibliografia

434

## CAPÍTULO 2

## CONFLITO DE INTERESSES E ÉTICA DO SERVIÇO PÚBLICO

AUGUSTO SANTOS SILVA &amp; JOÃO FIGUEIREDO

441

O problema

441

Os interesses e as organizações

441

A resposta da burocracia

442

Os limites do modelo burocrático

444

Uma visão sociológica e jurídica

446

Um roteiro de análise e reflexão

447

A importância e atualidade da ética do serviço público

449

Os princípios fundamentais da Administração Pública e a sua  
relação com a ética do serviço público

449

A prossecução do interesse público

449

A observância da lei

451

A responsabilidade

452

Desenvolvimento da ética do serviço público e seu questionamento

453

A evolução da Administração Pública e seu impacto na ética  
do serviço público

454

A diminuição de recursos disponíveis

454

A pressão para o aumento dos serviços e melhor qualidade  
da sua prestação

455

A complexificação do ambiente da gestão pública

455

As grandes alterações introduzidas no serviço público

456

A reafirmação dos valores da ética do serviço público	457
Administrações públicas e privadas: princípios diferentes	458
Os instrumentos jurídicos e documentos internacionais	459
A promoção da integridade no exercício de funções públicas	462
Ética do serviço público e conflitos de interesses: o sistema jurídico português	462
Os princípios constitucionais	462
Iniciativas e regimes jurídicos antecedentes e em vigor	463
Breve avaliação dos regimes relacionados com a ética do serviço público	465
Âmbito da avaliação das disciplinas em vigor	466
Princípios da atividade administrativa e deveres dos agentes da Administração Pública	466
Dever de isenção e conflitos de interesses	469
As incompatibilidades no exercício de outras funções	470
Os impedimentos relativos a processos administrativos e contratos	473
Regras de transparência relativamente a rendimentos e patrimónios	474
A criminalização de comportamentos	474
Promover a integridade no exercício de funções públicas: várias abordagens e vários instrumentos	475
Bibliografia	476

### **CAPÍTULO 3**

#### **ANOMIA E FRAUDE EM PORTUGAL: DESAFIOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO-SANCIONATÓRIO**

<b>ANDRÉ LAMAS LEITE &amp; JOSÉ N. CRUZ</b>	479
Introdução	479
Anomia e fraude	480
Sinais de anomia em Portugal	482
O sistema judicial	488
Sistema jurídico sancionatório e anomia	493
Conclusões	499
Bibliografia	500

## **CAPÍTULO 4**

### **CANAIIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO**

**GABRIELLE POESCHL, KELLY NOGUEIRA-RODRIGUES  
& RAQUEL RIBEIRO**

Canais de comunicação	503
A audiência dos media	503
Os efeitos dos <i>media</i>	504
Os <i>media</i> e a corrupção	505
Comunicação interpessoal e representações sociais	506
Contextos sociais de comunicação e percepção da corrupção	510
Representações sociais da corrupção	512
A corrupção ao nível nacional <i>vs.</i> a corrupção ao nível global ou em geral	512
A grande <i>vs.</i> a pequena corrupção	514
Propor e/ou dar algo <i>vs.</i> aceitar e/ou receber algo	516
Informação recebida e disposição para agir contra a corrupção	518
Conclusão	524
Bibliografia	525

## **CAPÍTULO 5**

### **A CULTURA COMO ELEMENTO DE EXPLICAÇÃO**

<b>CARLOS PIMENTA</b>	529
Introdução	529
Vacuidade	530
Erroneidade	536
Perigosidade	541
Diferenças culturais e leituras mundiais	544
Conclusão	548
Anexo	549
Bibliografia	553

## **CAPÍTULO 6**

### **CAPITAL SOCIAL E CORRUPÇÃO: CAUSA OU CONSEQUÊNCIA**

<b>JORGE FONSECA DE ALMEIDA</b>	557
Lista de abreviaturas	557
Introdução	557
Corrupção	559
Efeitos morais da Corrupção	559
Corrupção em sentido estrito	560
Corrupção no Código Penal Português	562

Causas da Corrupção	562
Consequências da corrupção	565
Cleptocracia e o governo dos corruptos	566
Corrupção em Portugal	567
<b>Capital Social</b>	569
Definição do Conceito	570
Tipos de Capital Social	572
Capital Social em Portugal	572
<b>Corrupção e Capital Social</b>	573
Capital Social propiciador da Corrupção	574
Capital Social e Corrupção	575
<b>Conclusões</b>	577
<b>Bibliografia</b>	579
<b>Anexo</b>	582

## **CAPÍTULO 7**

### **GLOBALIZAÇÃO E DINÂMICAS DE FRAUDE**

<b>CARLOS PIMENTA</b>	589
<b>Introdução</b>	589
<b>Pressupostos e significados</b>	590
Contextos	590
Globalização	593
Antecedentes	593
Nova fase do capitalismo	594
Impactos criminosos e defraudadores	597
Especificidades europeias	602
Estimativas	604
Contaminações	604
Síntese	606
<b>O caso Português</b>	607
Aspectos da história	607
Situação da economia	609
O ambiente defraudador da globalização	612
<b>Conclusão</b>	614
<b>Bibliografia</b>	615

## **III – INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

<b>CURRICULA VITAE DOS AUTORES</b>	621
------------------------------------	-----